



Setembro 2021

Ano 32

Nº 3

Diretor José Poças Esteves

Crowe Advisory – Un SaeR
Rua Castilho, 185 – 2º andar • 1070-051 Lisboa,
Portugal
Tel. +351 213 030 830
saer@crowe.pt • saer.crowe.pt

Venda exclusiva por assinatura
Registo de empresa de DGCS: 213.682
Número de publicação: 113.683

Relatório trimestral

SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E DOS NEGÓCIOS

A evolução sanitária continua a constituir uma condicionante significativa à retoma da economia, mas o grau de “normalização” das políticas monetárias irá depender, entre outros, de como as tensões inflacionistas evoluírem e, na UE, de como for resolvido o dossier das regras de consolidação orçamental, que deverão ser repostas no início de 2023. Em termos estratégicos e estruturais, será necessário ter em mente que o mais provável é que o que se segue ao “século americano” seja uma ‘idade média’, um tempo de fragmentação e de conflitualidades múltiplas, com desafios acrescidos à UE... e a Portugal.

Neste número:

- *Preparando uma nova ‘idade média’*
- *A perspetiva económica: determinantes atuais*
- *Transformação digital: desafios à segurança das empresas*
- *Turismo: caminhar juntos...*

Editorial

O que fica

Preparando uma nova ‘idade média’

Numa época em que será necessário recuperar as economias, a exigência suplementar de financiar os dispositivos de defesa e segurança dos Estados que perdem a proteção que lhes era garantida pela NATO poderá constituir o fator marginal adicional que provoca a derrocada de todos os desequilíbrios. Confirmando-se que a retirada caótica das forças militares americanas do Afeganistão é o sinal do fim do século americano, também não será o início de um século de qualquer outra potência. Será mais provável que o que se segue ao século americano seja uma ‘idade média’, um tempo de fragmentação e de conflitualidades múltiplas, rompendo e destruindo as redes de movimentação de capitais e reconstituindo as barreiras alfandegárias que impedem a liberdade de circulação de produtos e de tecnologias. Na UE, o choque dos factos deverá revelar a necessidade de instituições políticas próprias da União Europeia, e Portugal fica confrontado com o desafio de traduzir, nas condições atuais, uma das suas constantes históricas: a necessidade do exterior para compensar as suas limitações de recursos e de escala estratégica.

Análise de Conjuntura

Perspetiva económica

A evolução sanitária continua a constituir uma condicionante significativa à retoma da economia. As previsões do BCE refletem um melhor desempenho das economias avançadas em resultado, nomeadamente, dos progressos na vacinação, mas o grau de “normalização” das

políticas monetárias irá depender, entre outros, de como as tensões inflacionistas evoluírem e, na UE, de como for resolvido o dossier das regras de consolidação orçamental, que deverão ser repostas no início de 2023, que tem potencial – dependendo da forma como for feita – para criar novos processos de contração económica, inviáveis política e socialmente. Este dossier é também fundamental para Portugal, onde as perspetivas económicas são favoráveis, mas cuja margem de manobra orçamental depende também de como forem repostas as regras de consolidação orçamental.

Páginas 23 a 25

Desafios e Tendências

Transformação Digital. Desafios à segurança das empresas

Confrontadas com a necessidade de manter a atividade num contexto completamente novo, as empresas foram forçadas a adotar novas tecnologias saltando algumas etapas aconselháveis no caminho da digitalização. A necessidade de proteger todas as atividades do negócio tornou-se, neste contexto, a primeira das prioridades de segurança das empresas. Neste início do Outono, a ‘normalidade’ parece querer regressar, mas as mudanças metodológicas, organizacionais, de mentalidades e formas de estar na via e no trabalho não vão desaparecer com a mesma rapidez. A cada vez maior relevância e a necessidade de cada vez maiores investimentos em cibersegurança por todas as empresas, incluindo as PME, serão assim uma tendência a manter.

Páginas 26 a 28

Tema de fundo

Turismo: Caminhar juntos...

No início deste processo a incerteza global, gerou e foi alimentando uma certeza de que a/as solução/ões teriam que ser encontradas em conjunto. Passado o espanto, o medo, a humildade global, recomeçámos onde tínhamos sido parados, esquecendo todas as promessas bem-intencionadas. Neste tempo de vislumbre do fim possível da Pandemia, é imperativo que se trate da actividade económica do Turismo, assumindo que tudo será mesmo diferente, e que aceitar a realidade como ela é constitui uma inexorabilidade. “Caminhar juntos”, pode e deve ser a nova definição de Turismo.

Retoma é a palavra-chave neste terceiro trimestre de 2021. A evolução das condições sanitárias continua a ser uma determinante fundamental, mas, sobretudo nas regiões mais desenvolvidas do mundo, parece oferecer já a confiança para uma possível retoma das economias. Agora, há que olhar com maior profundidade para outras determinantes, também fundamentais, que condicionam a evolução da situação nas diferentes economias, globais e regionais.

No último Relatório Trimestral analisámos e afirmámos que a retoma não seria igual para todos os setores da atividade económica. No presente Relatório, continuando a assumir uma evolução positiva da pandemia, procuraremos analisar as questões de geopolítica e de geoeconomia mundiais que podem condicionar e determinar o quadro da evolução das economias no futuro. Isto é, “o que fica” depois da pandemia.

Em termos geopolíticos, este terceiro trimestre de 2021 fica marcado como o momento em deixou de ser possível continuar a desvalorizar ou ignorar a evidência da desordem do mundo, a qual é uma configuração das relações internacionais mais instável e perigosa do que a que tem sido, nos últimos anos, a desordem no mundo. Teremos de nos preparar para uma “nova idade média”, numa nova configuração de “desordem do mundo”?

Para a Europa, estes novos tempos são um novo desafio de intensidade muito superior aos que aconteceram em crises anteriores. Na crise financeira de 2008-2011, onde ainda foi possível uma coordenação com perspectiva nacionalista de responsabilização dos Estados membros pela resolução dos desequilíbrios. Agora, ficou confirmada a necessidade mais forte de políticas comuns, apoiadas por recursos comuns e instituições políticas da própria União Europeia.

A geoeconomia é sempre muito influenciada pela situação geopolítica e as condições de estabilização dos sistemas políticos contribuem fortemente para as condições de estabilização e desenvolvimentos dos sistemas económicos. Nestes tempos pós-pandemia, um dos fatores críticos da normalização das economias a resolver é a tensão entre expansão e inflação. Mas o grau

A evolução das condições sanitárias continua a ser uma determinante fundamental, mas, sobretudo nas regiões mais desenvolvidas do mundo, parecer oferecer já a confiança para uma possível retoma das economias.



de “normalização” das políticas monetárias irá depender, também, de como as tensões geolíticas evoluírem.

Na Europa, são fatores determinantes a coligação que governará a Alemanha saída das eleições de 26 de setembro (uma coligação liderada pelos sociais-democratas configura-se menos “ortodoxa” em termos orçamentais devendo condicionar neste domínio não só a Alemanha mas toda a zona euro e em especial Portugal), mas também (atendendo à importância do eixo franco-alemão) os resultados das próximas eleições em França.

O novo Pacto de Estabilidade e Crescimento europeu, em 2023, será já determinado por estes fatores, com todo o forte impacto no quadro de perspetivas para Portugal. Considerando este quadro lato de fatores externos, afigura-se, mais uma vez, que uma atitude portuguesa pragmática e prudente é o que parece aconselhável, tentando gerir interdependências.

Na secção de Desafios e Tendências e a um nível empresarial, o Relatório analisa a questão da cibersegurança. O facto de as empresas, confrontadas com a necessidade de manter a atividade num contexto novo provocado pela pandemia, viram-se obrigadas a adotar novas tecnologias que permitiram uma transição rápida para a conexão de todas as suas infraestruturas e colaboradores online, o que as fez saltar algumas etapas aconselháveis no caminho da digitalização. Essa tendência conduz ao desafio de como proteger todas as atividades do negócio, o qual, embora não sendo novo, veio a tornar-se a primeira das prioridades quando se coloca a questão de segurança das empresas.

Continuamos a abordar o tema do Turismo e a constatação de que só haverá um Turismo pós-pandémico, com novas características, como revelado em relatórios anteriores, mas também com uma obrigação fundamental de maior confiança, de inserção e igualdade globais, o que parece não estar a acontecer.

O “caminhar em conjunto” é um imperativo, não só social e de sustentabilidade, mas também de conhecimento e de desenvolvimento económico, devendo o Turismo manter as suas características de “Indústria da Paz e do Ambiente” e a maior redistribuidora da riqueza mundial.

A todos, boas leituras e uma boa saúde.

Nestes tempos pós-pandemia, um dos fatores críticos da normalização das economias a resolver é a tensão entre expansão e inflação. O grau de “normalização” das políticas monetárias irá depender, entre outros, de como as tensões geolíticas existentes evoluírem.



Nota:

O Relatório Trimestral SaeR, agora redenominado para Crowe-SaeR, é emitido há 32 anos. A SaeR, a partir de Janeiro de 2021 integrou estrategicamente a organização internacional Crowe, com a criação da nova área de Strategic Advisory e a constituição da nova unidade de negócios Crowe Advisory-SaeR. Com esta integração, a SaeR mantém a sua total independência científica e técnica, com autonomia de gestão e garantia dos mesmos valores e qualidade de serviços.

Preparando uma nova ‘idade média’

O terceiro trimestre de 2021 ficará caracterizado como o trimestre em que deixou de ser possível desvalorizar ou ignorar a evidência da desordem *do* mundo, que é uma configuração mais instável e perigosa do que tem sido a desordem *no* mundo.

A desordem no mundo não é novidade nem surpreendente. Haverá sempre zonas de tensão ou de conflito em alguma parte do mundo: a desordem no mundo é a soma das várias desordens em cada região do mundo. Mas esta é uma desordem controlável através da intervenção dos centros de poder existentes porque é do interesse de qualquer centro de poder intervir onde houver sinais de desordem.

A desordem do mundo, pelo contrário, é a configuração que resulta de um sistema de relações internacionais em que já não há nenhum centro de poder que tenha capacidade de intervenção em situações de conflito ou em contextos de desequilíbrios cumulativos. Isso pode acontecer porque os anteriores poderes hegemônicos ficaram bloqueados por tensões internas, ou porque a evolução do sistema de relações internacionais fragilizou os poderes dominantes e essa evolução ainda não chegou à fase em que novos poderes dominantes estejam em condições de substituir os anteriores.

Este terceiro trimestre ilustra como que é a desordem no mundo, a persistência de conflitos e desequilíbrios de longa duração, pode evoluir, se não for devidamente controlada, para um estado de desordem do mundo, em que todos esses conflitos e desequilíbrios se agudizam quando deixam de estar operacionais centros de poder com capacidade de intervenção ou, pelo menos, com capacidade de dissuasão.

As contingências da natureza – uma pandemia com o vírus Covid-19, os fenómenos associados às alterações climáticas – vieram revelar até que ponto o negacionismo das indicações da ciência se articula com o radicalismo político e social que está a segmentar as sociedades modernas em grupos tribais organizados e motivados pelos fanatismos que habitualmente se encontram nas guerras religiosas, aquelas que invocam uma entidade

As contingências da natureza vieram revelar até que ponto o negacionismo das indicações da ciência se articula com o radicalismo político e social que está a segmentar as sociedades modernas em grupos tribais que atuam fora da área da racionalidade, da argumentação e da negociação.



transcendente para decidir os confrontos entre interesses, o que retira esses confrontos da área da racionalidade, da argumentação e da negociação.

Tanto o negacionismo da ciência como o radicalismo tribal e as polarizações políticas radicalizadas são incompatíveis com as normas democráticas da transição pacífica entre alternativas políticas, num processo de formação de consensos regulado pelos sucessivos resultados eleitorais.

As manifestações de revolta cívica, organizadas em nome da defesa do valor da liberdade individual, contra as recomendações e políticas sanitárias aprovadas pelas autoridades legítimas, são fatores de instabilidade que as instituições democráticas não podem impedir e que não controlam. Tal como nas guerras religiosas, são debates e confrontos que não se sujeitam às normas do pluralismo e às regras do compromisso coletivo que são valores essenciais nas democracias pluralistas, e que nem sequer aceitam o valor da alternância que permite afastar os que falham sem ter de recorrer à violência.

O ponto extremo desta tendência de desagregação institucional é atingido quando o regular funcionamento das instituições democráticas nos Estados Unidos é posto em causa com a difusão de dúvidas (para muitos, de certezas) de que os resultados eleitorais são falseados por manipulação das listas de eleitores e na contagem dos votos. Quando a legitimidade dos procedimentos democráticos é posta em dúvida pelos próprios eleitos em democracia como pretexto para não aceitarem a sua derrota, a alternância democrática torna-se impossível e o recurso à violência torna-se mais provável.

O acontecimento mais simbólico destes tempos de descontinuidades poderá ter sido a retirada dos Estados Unidos do Afeganistão, um processo ainda negociado por Donald Trump (num acordo que continha a cláusula da retirada completa das forças militares americanas durante o primeiro semestre de 2021) e que o seu sucessor, Joe Biden, decidiu respeitar, por considerar que a sociedade americana não aceitaria o prolongamento do esforço da mais longa guerra dos Estados Unidos e que se saldou numa derrota, terminando com uma fuga desordenada.

É da natureza de um padrão de ordem mundial que este só possa existir enquanto houver uma potência, ou uma aliança de potências, que tenha o poder dissuasor de impedir que se formem vazios de poder e, quando eles

O acontecimento mais simbólico destes tempos de descontinuidades poderá ter sido a retirada dos Estados Unidos do Afeganistão, que anulou a sua credibilidade dissuasora e destruiu a capacidade de os seus aliados históricos poderem compensar o vazio por eles deixado, porque também eles ficaram mais vulneráveis pelo enfraquecimento dessa aliança na nova configuração de desordem do mundo.



surgem, tenha os recursos necessários para os preencher antes que se tornem pretextos de conflitualidade e de agressão por parte de candidatos ao estatuto de poder hegemónico. A recente evolução do poder dos Estados Unidos no mundo anulou a sua credibilidade dissuasora e destruiu a capacidade de os seus aliados históricos poderem compensar esse vazio do poder americano, porque também eles ficaram mais vulneráveis pelo enfraquecimento dessa aliança na nova configuração de desordem do mundo. Quando tem de se colocar a possibilidade da desagregação da NATO, por um processo idêntico ao que levou à desagregação do Pacto de Varsóvia – não por derrota militar, mas por fragmentação e tribalização internas – também terá de se colocar a questão da defesa e segurança de cada um dos Estados que integravam a NATO que, subitamente, são confrontados com a necessidade de organizar e financiar a sua defesa própria.

Numa época em que será necessário recuperar as economias depois do congelamento imposto pela pandemia, a exigência suplementar de financiar os dispositivos de defesa e segurança dos Estados que perdem a proteção que lhes era garantida pela NATO poderá constituir o fator marginal adicional que provoca a derrocada de todos os desequilíbrios.

Numa época em que será necessário recuperar as economias depois do congelamento imposto pela pandemia do Covid-19, quando à dívida acumulada se terá de adicionar a dívida imposta pelos novos estímulos à economia depois do seu congelamento pelos confinamentos que paralisaram as sociedades, a exigência suplementar de financiar os dispositivos de defesa e segurança dos Estados que perdem a proteção que lhes era garantida pela NATO poderá constituir o fator marginal adicional que provoca a derrocada de todos os desequilíbrios – tornando inevitável que esta seja a época da desordem do mundo.



ESTADOS UNIDOS: A DESAGREGAÇÃO DO PODER HEGEMÓNICO

O modo como se processou a retirada dos Estados Unidos do Afeganistão veio mostrar que o que podia ser apresentado como o “fim da História” (quando, em 1989, a desagregação da União Soviética colocou os Estados Unidos na posição de centro unipolar na ordem mundial) também podia ser, afinal, apenas o prelúdio para a entrada no túnel da tragédia da História.

Foi das montanhas do Afeganistão, que já tinham resistido às ofensivas dos impérios britânico e soviético, que partiu a iniciativa estratégica do ataque às torres de Nova Iorque, para onde foram atraídas as forças militares

americanas com o objetivo de realizarem uma ação punitiva que neutralizasse a motivação dos terroristas, até terem de reconhecer que seriam obrigadas a retirar, sem glória e sem honra, porque não conseguiram provar a irrelevância dos terroristas. Este fracasso da intervenção americana veio valorizar a profecia islâmica de que conseguiriam vencer os “cruzados”, reabrindo a tragédia das guerras religiosas e estimulando o recurso às estratégias do terrorismo, assim acentuando a desordem do mundo.

A crise do poder hegemónico em termos estratégicos não é independente da crise da democracia americana e esta, por sua vez, não é independente da crise da sociedade americana, que aparece fragmentada pela sua tribalização em termos ideológicos, pela sua polarização em termos ráticos e pela necessidade de responder à ameaça da arma migratória. Não há um poder militar credível e com capacidade de dissuasão quando não tem o apoio e a legitimação de uma sociedade unida e comprometida na realização dos objetivos estratégicos e na afirmação da responsabilidade de regulação da ordem no mundo.

Uma sociedade étnica e religiosamente dividida, com escolhas inconciliáveis e comportamentos políticos polarizados, não consegue ter uma política externa estável e credível, o que implica que não possa ser um poder hegemónico que controle e regule a ordem no mundo. As expressões extremas desta desordem interna de uma grande potência são a rejeição dos resultados eleitorais, com a acusação de fraudes e com a mobilização para manifestações violentas com a finalidade de impedir a certificação formal dos resultados eleitorais, a tentativa de distorcer os processos eleitorais através da redefinição das circunscrições eleitorais e da manipulação dos cadernos eleitorais. Todas estas violações do regular funcionamento da democracia atingem os valores essenciais da democracia americana e retiram a legitimidade do poder que seja obtido por estes meios.

A crise de legitimidade, que resulta da combinação da polarização política com as atitudes dos próprios representantes institucionais do poder democrático, deu origem a um acontecimento significativo no início de 2021 que foi agora revelado pelas declarações de um dos seus protagonistas, o general Mark Milley, o presidente da junta dos chefes de Estado-Maior e, portanto, o mais importante dos chefes militares. Estas declarações recordam que, perante os sinais de perturbação de comportamento do Presidente cessante e confrontado

A crise do poder hegemónico em termos estratégicos não é independente da crise da democracia americana e esta, por sua vez, não é independente da crise da sociedade americana, que aparece fragmentada pela sua tribalização em termos ideológicos, pela sua polarização em termos ráticos e pela necessidade de responder à ameaça da arma migratória.



com o risco de Donald Trump decidir lançar um ataque militar contra a China, no contexto da derrota eleitoral que Trump não aceitava nem reconhecia, este general, que está no vértice da hierarquia militar, decidiu impedir que o Presidente em exercício tivesse acesso aos códigos de utilização das armas nucleares e tomou a iniciativa de contactar o principal responsável militar chinês para lhe assegurar que, se houvesse uma decisão para iniciar uma ação militar contra a China, ele seria avisado com antecedência. Esta é uma flagrante violação das normas de separação de poderes e de subordinação do poder militar às instituições legítimas do poder democrático, mas reveladora do que a desordem interna nos Estados Unidos já provocou no que deveria ser o regular funcionamento das instituições democráticas – e o facto de ser agora revelado, quando poderia ter permanecido como segredo de Estado, é um indicador do grau de instabilidade e de incerteza políticas que se encontram hoje na política dos Estados Unidos, onde deixaram de ser respeitados os limites da conveniência e da prudência, onde todos os extremismos são tolerados porque todos são equivalentes.

É possível que a retirada caótica das forças militares americanas do Afeganistão seja o sinal do fim do século americano por efeito da desordem interna da sociedade americana. Se vier a confirmar-se que será assim, também não será o início de um século de qualquer outra potência porque nenhuma tem condições para preencher o vazio aberto pela retirada dos Estados Unidos. Será mais provável que o que se segue ao século americano seja uma idade média, um interregno medieval entre duas épocas, um tempo de fragmentação e de conflitualidades múltiplas estruturadas pelos poderes militares, pelas áreas de influência religiosas e pelos movimentos de populações migrantes, rompendo e destruindo as redes de movimentação de capitais e reconstituindo as barreiras alfandegárias que impedem a liberdade de circulação de produtos e de tecnologias.

UNIÃO EUROPEIA: A CRISE DOS VALORES

A crise da hegemonia americana conduz necessariamente a uma crise do Ocidente, no sentido em que se rompem as redes de aliança de segurança e defesa que foram instrumentais para que se estabelecesse uma vasta área de liberdade de comércio, de circulação de capitais e de

Se vier a confirmar-se que a retirada caótica das forças militares americanas do Afeganistão é o sinal do fim do século americano, também não será o início de um século de qualquer outra potência. Será mais provável que o que se segue ao século americano seja uma idade média, um tempo de fragmentação e de conflitualidades múltiplas, rompendo e destruindo as redes de movimentação de capitais e reconstituindo as barreiras alfandegárias que impedem a liberdade de circulação de produtos e de tecnologias.



afirmação dos valores da democracia pluralista que assegure as liberdades individuais e os dispositivos de alternância e de regeneração do poder que permitem resolver os contextos de crise e criar as plataformas de coordenação de políticas e de recursos para sustentar a recuperação depois da ocorrência de crises.

Esta nova crise do Ocidente vem mostrar que alguns acontecimentos marcantes, como a queda do Muro de Berlim, a destruição das Torres Gémeas em Nova Iorque ou a retirada caótica de Kabul, não são os indicadores do fim da História (que superaria as divisões e conflitos pela difusão de uma racionalidade universal que conduziria à paz perpétua), mas sim os pontos de entrada nos períodos de tragédia da História (os túneis que conduzem aos confrontos pela estruturação de um novo padrão de ordem do mundo, de uma nova época).

Na UE, o choque dos factos vai forçar a escolha entre alternativas dilemáticas: a crise financeira de 2008-2011 ainda foi coordenada na perspectiva nacionalista da responsabilização dos Estados pela resolução dos seus desequilíbrios. A crise atual confirmou a necessidade de políticas comuns apoiadas com recursos comuns. O novo choque gerado pela evolução dos Estados Unidos será um desafio de intensidade superior em comparação com o que aconteceu nas crises anteriores, e deverá revelar a necessidade de instituições políticas próprias da União Europeia.



Para a União Europeia, este novo desafio ameaça aquele que foi o seu processo constituinte, que partiu do reconhecimento das consequências da Segunda Guerra Mundial e que beneficiou da configuração da Guerra Fria com a divisão do mundo em dois blocos, onde a ameaça da União Soviética justificava a proteção da Europa assegurada pelos Estados Unidos, e os Estados nacionais europeus tiveram o necessário tempo de adaptação às novas necessidades de coordenação de políticas e de distribuição de recursos no espaço europeu. Quando terminou essa época, o processo de formação das instituições europeias e dos dispositivos de formação da decisão conjunta ainda não estava concluído, persistindo o confronto entre a memória do passado dos nacionalismos e as novas evidências da competição em espaços globais, com liberdades de circulação de capitais, de mercadorias e de pessoas.

Como noutras fases da evolução da União Europeia, é o choque dos factos que vai forçar a escolha entre alternativas dilemáticas. A crise financeira de 2008-2011 ainda foi coordenada na perspectiva nacionalista da responsabilização dos Estados pela resolução dos seus desequilíbrios, para controlar o risco de tornar a União Europeia uma plataforma de distribuição em lugar de ser uma base de eficiência competitiva, onde as políticas sociais e as técnicas de sedução dos eleitorados estivessem subordinadas aos resultados obtidos no crescimento económico em cada Estado-membro e não ficassem na dependência de transferências comunitárias. Mas esta foi uma crise que confirmou a necessidade de políticas comuns apoiadas com recursos comuns. O

choque da crise pandémica do Covid-19 veio reforçar esta necessidade: sem a resposta coordenada das instituições europeias, que incluem a decisão inédita de emissão de dívida comum para financiar a aquisição de vacinas e os programas de recuperação depois do congelamento das economias, a resposta dos Estados nacionais a esta crise teria sido ineficaz.

O novo choque gerado pela evolução dos Estados Unidos será um desafio de intensidade superior em comparação com o que aconteceu nas crises anteriores. A necessidade de estruturação de instituições políticas próprias da União Europeia – na política económica comum, na política de imigração comum, na política de segurança e de defesa comum – está a ser imposta pela força das coisas, mas é ainda mais reforçada quando alguns Estados membros, como a Hungria e a Polónia, procuram evitar a obrigação do cumprimento das normas comuns, invocando o valor tradicional da soberania nacional sem ter em conta o que foi a evolução ocorrida desde os tempos da fundação dos Estados na história europeia até aos tempos atuais da necessidade de coordenação dos Estados para beneficiarem da escala dos recursos comuns europeus.

Nesta inevitabilidade de reforço e de atualização dos valores europeus, para contrariar os que procuram desviar-se deles e para poder enfrentar as novas condições estratégicas da desordem do mundo, as eleições na Alemanha, em Setembro, e as eleições presidenciais e legislativas em França, no próximo ano, serão passos decisivos para que a União Europeia tenha condições para atravessar estes tempos de idade média, de medievalismo de transição entre épocas, sem se desagregar e sem perder a sua estrutura de valores – sobretudo porque terá de vencer a ameaça que é constituída pelas migrações de populações islâmicas, que só poderão ser integradas sem risco de violências se as instituições europeias tiverem a força e a legitimidade para poderem conter os efeitos da penetração islâmica. É neste contexto que a iniciativa americana e britânica de celebrar um acordo de defesa comum com a Austrália, designada pela sigla AUKUS, com o pretexto de construção de submarinos nucleares, aparece como um comentário irónico à desvalorização da NATO e como um desafio imediato à União Europeia para que estabeleça a sua própria política de defesa e de segurança.

A iniciativa americana e britânica de celebrar um acordo de defesa comum com a Austrália, designada pela sigla AUKUS, com o pretexto de construção de submarinos nucleares, aparece como um comentário irónico à desvalorização da NATO e como um desafio imediato à União Europeia para que estabeleça a sua própria política de defesa e de segurança. A importância do eixo franco-alemão é lembrada, mas também pela necessidade de solucionar a crise migratória e de reformular o Pacto de Estabilidade e Crescimento.



Reconhecer a importância do eixo franco-alemão não tem de implicar que a União Europeia passe a ser um projeto que evolui a duas velocidades, com a França e a Alemanha a operarem como um diretório que impõe as suas políticas a que os outros Estados membros têm de se subordinar. A questão fundamental é outra: sem a França e a Alemanha, quando os Estados Unidos se retiram para o seu novo isolacionismo e os britânicos se oferecem para representar os interesses americanos na Europa e na Commonwealth, a União Europeia não teria escala para ser uma base de poder com credibilidade num tempo de desordem do mundo. Mas é também porque há a desordem do mundo que a Europa e os seus valores têm a potência necessária para serem fatores de renascimento participando, de modo empenhado, na formulação do novo padrão de ordem mundial.

A importância do eixo franco-alemão não se limita às questões de segurança e defesa, ou à necessidade de estabelecer uma política comum para a imigração numa época em que a arma migratória está a ser usada contra os Estados Unidos e contra a Europa. É também a coordenação orientada pela França e pela Alemanha que será determinante para a reformulação do Pacto de Estabilidade e Crescimento, que voltará a estar em vigor logo que a crise pandémica seja superada e se faça o inventário do que foi o seu efeito de destruição nos balanços das empresas e dos bancos, a que só uma política comum europeia terá potência para absorver e regularizar.

As eleições legislativas na Alemanha, em Setembro, e as eleições presidenciais e legislativas em França, em Abril e Junho de 2022, não são apenas eleições nacionais, todas elas têm uma dimensão europeia que amplifica o que vier a ser a sua leitura nacional, porque a política nacional já não é independente do que for o seu papel na construção política da União Europeia.

PORTUGAL: O BLOQUEIO DA ALTERNÂNCIA DEMOCRÁTICA

Os tempos da desordem do mundo colocam a Portugal o desafio de traduzir, nas condições atuais, uma das suas constantes históricas, a necessidade do exterior para compensar as suas limitações de recursos e de escala estratégica. Nas condições atuais, o exterior de referência para Portugal é a União Europeia, mas o modo como foi

Os tempos da desordem do mundo colocam a Portugal o desafio de traduzir, nas condições atuais, uma das suas constantes históricas, a necessidade do exterior para compensar as suas limitações de recursos e de escala estratégica.



interpretado o papel das instituições europeias no seu apoio financeiro e de orientação da política económica durante a crise de 2008-2011 tornou evidente que o peso da memória nacionalista ainda dificulta o ajustamento dos responsáveis partidários nacionais ao espaço e à escala da União Europeia.

Não só os fatores dessa crise continuam a não ser reconhecidos, como também não se interiorizou a necessidade de utilizar, como critério central da avaliação da qualidade das políticas económicas, a comparação permanente com os outros Estados-membros, que operam em condições gerais idênticas e que, por isso, estabelecem a métrica competitiva fundamental. Analisar a trajetória de convergência com a média europeia é uma informação útil, mas não dispensa a exigência de fazer a análise comparada com os que obtêm os melhores resultados dentro da União Europeia, porque este é o indicador relevante da convergência estratégica e o sinal decisivo para a atração de capitais nos mercados globais.

Neste aspeto, o facto de a agência de rating Moody's ter subido um nível a avaliação de Portugal para Baa2, dois níveis dentro da classe de investimento, é um sinal positivo, mas importa salientar que esta avaliação está sujeita a condições: "expectativa de melhoria do crescimento da economia no longo prazo e a confiança de que a dívida pública vai reduzir-se nos próximos anos devido a um crescimento económico mais forte e à maior eficácia das medidas orçamentais".

Na sua avaliação favorável, a agência de rating antecipa a resolução dos pontos críticos que têm sido denunciados em Portugal desde que terminou a fase de intervenção das instituições europeias e do FMI na execução do programa de ajustamento negociado em 2011 e se iniciou a fase das políticas de reversão depois de 2015: o crescimento da dívida, a insuficiência do crescimento económico, e os fracos resultados obtidos nos indicadores de competitividade em comparação com as outras economias da zona euro. Uma antecipação favorável é melhor do que uma previsão negativa, mas ainda não é a realidade efetiva das coisas.

Esta evolução no modo como observadores externos analisam as possibilidades de Portugal vem desmentir aqueles que defendiam uma reestruturação da dívida pública portuguesa ou mesmo o retorno a um regime de moeda própria para escapar aos constrangimentos do euro. Como se confirma agora, as instituições europeias e

A subida da avaliação de rating de Portugal para Baa2, é um sinal positivo, mas assenta numa antecipação favorável dos resultados a serem obtidos no futuro, como condição para a diminuição do endividamento. Concretizar esta antecipação depende da qualidade e da estabilidade do que for o contributo do sistema político para a evolução do sistema económico.



as suas políticas comuns têm todas as condições para permitir que economias como a portuguesa corrijam os seus desequilíbrios sem precisar de abandonar a moeda única, e com custos muito inferiores do que os que teriam de ser suportados se tivessem sido adotadas as propostas dos defensores do nacionalismo económico.

As próximas eleições na Alemanha e em França influenciarão a formulação das orientações políticas que presidirão aos trabalhos de revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento para o adaptar às novas realidades e circunstâncias que decorrem da crise pandémica, do aumento do endividamento e da pressão sobre os balanços das empresas e das entidades financeiras. A flexibilidade e a rapidez no ajustamento ao que vier a ser o novo padrão de regulação nas economias da União Europeia são especialmente importantes para Portugal, tendo em conta que a evolução favorável da notação da sua dívida nos mercados internacionais depende de uma antecipação dos resultados a serem obtidos no futuro no que se refere ao crescimento económico, ao controlo do endividamento e à geração de saldos orçamentais positivos como condição para a diminuição do endividamento. Concretizar esta antecipação depende, em larga medida, da qualidade e da estabilidade do que for o contributo do sistema político para a evolução do sistema económico.

Na avaliação do contributo do sistema político não se pode ignorar que, desde 2015, ficou consolidada uma configuração no sistema partidário que bloqueia a formação de alternativas: sempre que for possível formar uma maioria parlamentar de esquerda, o PS terá o apoio necessário para ser o partido do poder, quaisquer que sejam os resultados da sua governação – desde que não viole os limites estabelecidos pelos partidos apoiantes. Ou seja, o PS será poder desde que não reforme contra as vontades dos partidos apoiantes – e não há nenhuma garantia de que esta condicionalidade de bloqueio da alternância democrática seja compatível com o que vai ser a evolução da União Europeia.

Não se pode ignorar que a configuração atual no sistema partidário bloqueia a formação de alternativas, e não constitui nenhuma garantia de que a ação política seja compatível com o que vai ser a evolução da União Europeia.



Perspetiva Económica

PERSPETIVA INTERNACIONAL

Ainda antes dos finais do Verão, as perspetivas da evolução económica internacional mantinham-se numa tendência favorável. As projeções de crescimento económico vinham sendo revistas no sentido positivo resultado nomeadamente da evolução sanitária favorável conjugada com o apoio de políticas monetárias expansionistas e de medidas fiscais de apoio significativas ativadas por causa do contexto pandémico. No entanto, a variante Delta do vírus colocava, nomeadamente, uma incerteza relevante quanto ao ritmo de retoma. Esta variante parece ter constituído e constituir um “travão” ao ritmo de retoma.

A evolução sanitária continua, assim, a constituir uma condicionante significativa. Também condicionantes do ritmo de crescimento configuram-se o recalibramento das medidas de política económica face à retoma. Como esta vem sendo acompanhada com o surgir de tensões inflacionistas teme-se que o padrão expansionista da política monetária dos principais bancos centrais se modere mais rapidamente.

No entanto, continua a debater-se se os fatores que contribuem para as referidas tensões são transitórias ou não. O grau de “normalização” das políticas monetárias irá depender, entre outros, de como estas tensões evoluírem. Julga-se ainda relevante para as perspetivas de crescimento serem (ou não) aprovados os pacotes de infraestruturas “físicas” e “sociais” nos EUA e que tipo de coligação governará a Alemanha após as eleições de 26 de setembro (uma coligação liderada pelos sociais-democratas configura-se menos “ortodoxa” em termos orçamentais devendo condicionar neste domínio não só a Alemanha mas também a zona euro).

Em 9 de Setembro o BCE revia em alta o crescimento previsto para a zona euro para os 5% (face aos 4,6 de junho) pressupondo, entre outros, um crescimento mundial (excluindo a zona euro) de 6% em 2021 e de 4,5% em 2022, uma ligeira revisão em alta (face aos 6,2% e 4,2 nas projeções de junho). A melhoria das previsões do BCE reflete um melhor desempenho das economias avançadas

A evolução sanitária continua a constituir uma condicionante significativa à retoma da economia. As previsões do BCE refletem um melhor desempenho das economias avançadas em resultado, nomeadamente, dos progressos na vacinação, mas o grau de “normalização” das políticas monetárias irá depender, entre outros, de como as tensões inflacionistas evoluírem.



em resultado, nomeadamente, dos progressos na vacinação.

Estas perspetivas apresentam-se condicionadas negativamente por vários fatores. Há estrangulamentos na oferta, nomeadamente, nos chips/semicondutores, que afetam cadeias de produção e que deverão demorar meses a normalizarem-se. Por outro lado, no domínio sanitário a variante Delta interfere com as economias ao afetar a oferta regular de trabalho que se conjuga com os outros fatores de estrangulamento.

Como a vacinação progrediu mais nas economias avançadas ocidentais, estas vêm apresentando resultados melhores em termos de retoma/crescimento. Contudo, no domínio sanitário e em termos de perspetivas globais, há que considerar vários cenários. O mais favorável corresponde a um não agravamento sanitário por o processo de vacinação se ir disseminando e controlando a pandemia.

Um cenário relativamente menos favorável corresponderia às vacinas irem perdendo alguma eficácia, insuficiência geográfica das mesmas e/ou resistências significativas ao processo de vacinação. Um cenário fortemente desfavorável corresponderia ao surgimento de variante(s) para as quais as vacinas atuais não constituiriam antídoto (sendo necessário esperar que novas vacinas ou medicação restabelecesse um caminho de retoma do progresso sanitário).

No cenário relativamente menos favorável a pressão sobre os sistemas de saúde voltaria a agravar-se e as perspetivas de retoma/crescimento económico ressentir-se-iam. Num cenário fortemente desfavorável, as perspetivas de saúde pública e económica degradar-se-iam de novo. Nesta altura, não se afigura possível tentar avançar graus de probabilidade para os cenários referidos.

No final do trimestre, a economia norte-americana vinha dando sinais de retoma. O PIB cresceu no segundo trimestre a uma taxa de 6,6% (em termos anualizados) e a inflação atingiu os 5,4% em julho, embora um indicador mais fiável, o do respetivo núcleo, registasse um aumento mensal de 0,3%. Com esta evolução debatia-se se o FED deveria deixar de praticar uma política monetária tão expansionista como no passado recente ditada pelo surgimento da pandemia.

O FED vem sustentando, como outros bancos centrais, que as tensões inflacionistas são temporárias – e não estruturais – devido a um conjunto de fatores de

Como a vacinação progrediu mais nas economias avançadas ocidentais, estas vêm apresentando resultados melhores em termos de retoma. Contudo, no domínio sanitário e em termos de perspetivas globais, há que considerar vários cenários de evolução possível.



estrangulamento pós pico pandémico e que, portanto, retirar estímulos monetários demasiado cedo seria contraproducente (provocar uma quebra bolsista e nas expectativas dos agentes, entre outros). Os números do desemprego de setembro parecem ter acalmado o debate. Só foram criados 235.000 novos postos de trabalho, muito aquém das expectativas (embora a taxa de desemprego se viesse a situar nos 5,2%) refletindo, nomeadamente, os efeitos negativos da variante Delta na economia. Julga-se poder inferir que o FED só deverá retirar gradualmente os estímulos monetários à medida dos sinais positivos da economia e da evolução pandémica.

No entanto, para as perspetivas de crescimento norte-americanas dever-se-á ainda considerar os projetos da Administração Biden. Há um pacote de “infraestrutura física” da ordem de um 1 trilião de dólares, já aprovado pelo Senado (em termos bipartidários) e um pacote de “infraestrutura humana/social” que aponta para 3,5 triliões de dólares por um período de vários anos e que revolucionaria o quotidiano dos cidadãos em termos de apoios sociais.

Os Democratas querem aprovar conjuntamente estes dois pacotes até finais de setembro explorando vias legislativas dado que o pacote de infraestrutura social tem a oposição dos Republicanos e no Senado os Democratas não têm condições políticas de acabar com a regra de “filibuster” (que defende a minoria exigindo uma supra-maioria de 60 votos contra 40). Mas no próprio seio dos Democratas existem algumas reservas quanto à grandeza do pacote social, nomeadamente, por causa das suas implicações nos défice/dívida federal e inflacionistas. Caso os Democratas consigam, no meandro dos processos legislativos, fazer aprovar os pacotes, ainda que uma versão mais moderada do pacote social, a Administração Biden terá conseguido um sucesso político com repercussões significativas em termos políticos, sociais e económicos (maior potencialidade de crescimento) embora com riscos inflacionistas e à custa do défice/dívida federal.

Este eventual sucesso é percecionado como essencial para tentar salvaguardar os resultados dos Democratas nas próximas eleições “midterm” de novembro de 2022. Caso fracasse, é mais um golpe na Administração Biden (a retirada caótica de Cabul, transmitida em direto e globalmente pelos media, foi um sério revés para Biden) bem como melhores perspetivas dos Republicanos recuperarem o Congresso (Casa dos Representantes e

A zona euro acelerou no segundo trimestre registando uma taxa de crescimento de 2,2%. Embora superior à equivalente norte-americana, de 1,6%, o PIB europeu ainda está cerca de 2,5% por debaixo dos níveis pré-pandemia enquanto a economia norte-americana já se encontra acima dos referidos níveis graças a uma conjugação mais expansionista das políticas monetária e fiscal.



Senado). A ensombrar o quadro económico/orçamental norte-americano existe, ainda, o risco de “default” em outubro – por ter sido atingido o tecto definido de endividamento – que para ser ultrapassado pressupõe um acordo bipartidário.

A zona euro acelerou no segundo trimestre registando uma taxa de crescimento de 2,2%. Embora superior à equivalente norte-americana, de 1,6%, o PIB europeu ainda está cerca de 2,5% por debaixo dos níveis pré-pandemia enquanto a economia norte-americana já se encontra acima dos referidos níveis graças a uma conjugação mais expansionista das políticas monetária e fiscal. Nas projeções do BCE, divulgadas quando da sua reunião de 9 setembro, o crescimento da zona euro foi revisto em alta para 2021 sendo avançada uma taxa de crescimento de 5,0% (vs 4,6% nas previsões de junho) e de 4,6% para 2022 (vs 4,7% em junho).

Nessa reunião foi divulgado que atendendo às perspetivas de crescimento e de inflação (previsão de 2,2% em 2021 desacelerando para 1,7% em 2022, i.e., superior a 2% [em 2021] mas nível percecionado como conjuntural, perceção semelhante à norte-americana) as condições favoráveis de financiamento do PEPP [Programa de Compras de Emergência Pandémica] poderiam ser mantidas com um ritmo moderadamente mais lento do que nos dois trimestres anteriores. A mensagem do BCE é a de que o padrão de política monetária acomodatório/expansionista se irá manter até quando for necessário havendo sim um recalibrar do mesmo, atendendo aos indicadores que forem surgindo.

Relevante para as perspetivas de crescimento é o dossier das regras de consolidação orçamental, suspensas durante o período pandémico e que deverão ser repostas no início de 2023 (défices públicos não ultrapassarem os 3% do PIB e trajetórias de redução da dívida pública para o nível dos 60% em relação ao PIB). Os Estados membros do “Sul” caso sejam obrigados a respeitarem “ortodoxamente” tais regras deparam-se com dificuldades políticas e económicas delicadas, em particular quanto ao ritmo de redução das dívidas públicas. Estas aumentaram significativamente com a necessidade de resposta económica e social à pandemia.

Por outro lado, a normalização da política monetária correspondendo a condições de financiamento menos acomodatórias/expansionistas do que as atuais (incluindo alguma subida nas taxas de juro) dificulta quer o respeitar da regra do défice, quer, em particular, a regra da correção

Relevante para as perspetivas de crescimento é o dossier das regras de consolidação orçamental, suspensas durante o período pandémico e que deverão ser repostas no início de 2023. Uma trajetória de correção mais ou menos rápida significaria, porventura, processos de contração económica, inviáveis política e socialmente.



do nível da dívida. Uma trajetória de correção mais ou menos rápida significaria, porventura, processos de contração económica, inviáveis política e socialmente. É, também, neste dossier que as eleições alemãs de 26 de setembro são importantes.

Caso venha a emergir uma coligação “menos ortodoxa” quanto às regras orçamentais tal será relevante quer para o crescimento económico alemão quer para uma renegociação/reinterpretação das mesmas a nível da zona euro (quer, ainda, para a viabilidade/estabilidade política dos projetos euro/União Europeia – uma nova crise das dívidas soberanas constituiria, porventura, um risco existencial para os referidos projetos). Caso contrário, configuram-se, no mínimo, compromissos (ainda mais) “difíceis” para a mitigação do referido risco existencial.

Ao atingir, no fim de setembro, os 85% da população vacinada e face aos números de internados/cuidados intensivos Portugal aparenta ter controlado a pandemia. Esta evolução deverá ir permitindo uma progressiva normalização da atividade económica, com um forte crescimento da atividade nos serviços. Por este ângulo, as perspetivas económicas apresentam-se favoráveis.



PERSPETIVA PORTUGUESA

O quadro das perspetivas para Portugal depende na conjuntura atual, nomeadamente, do ritmo de recuperação económica internacional e europeia, da evolução político-económica internacional/europeia e, da evolução pandémica, quer em termos domésticos, quer internacionais/europeus.

Ao atingir, no fim de setembro, os 85% da população vacinada e face aos números de internados/cuidados intensivos Portugal aparenta ter controlado a pandemia. Esta evolução deverá ir permitindo um fluir normal do quotidiano dos cidadãos e sem grandes pressões no SNS. Isto é, uma progressiva normalização da atividade económica, com um forte crescimento da atividade nos serviços. Por este ângulo, as perspetivas económicas apresentam-se favoráveis, salvo se a situação pandémica se agravar de novo, considerando os cenários referidos no início.

Esta evolução parece ter permitido contrabalançar parcialmente – por parte da procura interna – a procura externa no sector HORECA que ainda não recuperou, e que depende das condições sanitárias europeias/internacionais. Como a economia portuguesa tem uma grande exposição ao turismo é de admitir que haja aí uma gradual recuperação. No entanto, em termos de números, a quebra no passado existe e no cômputo anual ela refletir-se-á explicitamente.

Como atrás referido, o BCE reviu em alta as projeções do PIB da zona euro para 2021, avançando uma taxa de crescimento de 5%, e de 4,6% para 2022. Os indicadores disponíveis vêm confirmando a retoma da economia portuguesa (cresceu a um ritmo de 4,9% no segundo trimestre vs 2,2% para a zona euro) e considerando os valores que vêm sendo avançados, é de admitir que a economia portuguesa acompanhe assim a retoma europeia.

Contudo, o seu ritmo, em termos de números, pode ficar aquém do desta, refletindo o peso mais significativo que o turismo representa. Assim, poder-se-á situar no intervalo de 4% a 5% para 2021, ultrapassando as expectativas governamentais da primeira metade do ano.

Esta evolução deverá permitir também a redução do peso da dívida pública (que terá atingido os 133% em 2020) quer em 2021 quer para os próximos anos. A estratégia do Ministério das Finanças é fazer reduzir o peso da dívida pública pela via dum forte crescimento económico. Os fundos comunitários, “engrossados pela bazuca”, providenciam as condições necessárias para tal. Salvo se houver um retrocesso sanitário, doméstico ou europeu, ou ainda, ocorrer um período de instabilidade política interna (por causa do OE para 2022), as referidas condições necessárias existem.

Contudo, a margem de manobra orçamental para os próximos anos depende também de como forem repostas as regras de consolidação orçamental, cuja reposição está prevista para o início de 2023. Como antes referido, o tipo de coligação alemã que emergir das eleições de 26 de setembro deverá condicionar o “grau de ortodoxia” orçamental, quer em termos domésticos/alemães, quer comunitários.



Se acrescentarmos ainda que em França haverá eleições presidenciais em abril próximo e que não se afigura provável uma postura “ortodoxa” francesa neste domínio – porque inviável política e economicamente – a renegociação/reinterpretação das mesmas deverá, no mínimo, ser “difícil”. Uma nova crise das dívidas soberanas constituiria, porventura, um risco existencial para os referidos projetos euro/União Europeia como atrás já se referiu.

Uma nova intervenção “salvadora” do euro (tipo Draghi) pressuporia/õe o apoio político de Berlim. É, entre outros, com estes fatores que Portugal tem que prosseguir a sua trajetória orçamental. Uma atitude pragmática e prudente é o que parece aconselhável.

A margem de manobra orçamental de Portugal para os próximos anos depende também de como forem repostas as regras de consolidação orçamental, cuja reposição está prevista para o início de 2023. Também aqui a configuração da coligação que vier a emergir na Alemanha, e o resultados das eleições em França, serão determinantes.

Neste domínio, caso os pacotes de infraestruturação “física” e “social” da Administração Biden, atrás referidos, venham a ser aprovados, a sua repercussão em termos teórico/ acadêmicos e políticos relativamente ao grau de intervenção estatal e do respetivo financiamento não deverá deixar de refletir-se no quadro europeu – os EUA “infraestruturam-se” para concorrerem melhor estrategicamente com a superpotência emergente, a China. E a Europa?

Naturalmente, a questão da concorrência/soberania estratégica europeia ultrapassa as questões orçamentais. E o “America is back” foi posto em causa com o modo de retirada do Afeganistão. Por outro lado, “Trump/trumpism” pode regressar em novembro de 2022 e 2024. E a questão da defesa/segurança europeia assumirá um valor político – e orçamental – sob pena de risco existencial dos projetos europeus.

Assim, considerando este quadro de fatores externos mais lato, afigura-se, mais uma vez, que uma atitude portuguesa pragmática e prudente é o que parece aconselhável, correspondendo a um tentar gerir interdependências.

*Considerando o quadro de fatores externos mais lato,
afigura-se, mais uma vez,
que uma atitude portuguesa pragmática e prudente
é o que parece aconselhável, correspondendo a um
tentar gerir interdependências.*



Transformação Digital. Desafios à segurança das empresas

A pandemia trouxe grandes desafios e oportunidades para as organizações. Por um lado, assistiu-se a uma forte aceleração do processo de transformação digital, que antecipou em anos a evolução que estava já em curso, mas que continuava a ter um ritmo lento, apesar dos impulsos políticos e financeiros estabelecidos, nomeadamente na União Europeia.

Confrontadas com a necessidade de manter a atividade num contexto que, para a maioria das empresas, ainda era completamente novo, as empresas foram forçadas a adotar novas tecnologias que permitissem uma transição rápida para a conexão de todas as suas infraestruturas e colaboradores online, o que as fez saltar algumas etapas aconselháveis no caminho da digitalização.



Esta Transformação Digital acelerada trouxe riscos muito elevados às empresas em diferentes domínios, nomeadamente no da Cibersegurança, que a pandemia veio agravar exponencialmente, colocando as empresas numa situação vulnerável.

Confrontadas com a necessidade de manter a atividade num contexto que, para a maioria das empresas, ainda era completamente novo, as empresas foram forçadas a adotar, não apenas novas metodologias de trabalho e de organização, mas também novas tecnologias que permitissem uma transição rápida para a conexão de todas as suas infraestruturas e colaboradores online, o que as fez saltar algumas etapas aconselháveis no caminho da digitalização. Como resultado, correm um risco maior de se tornarem vítimas de um ataque cibernético, por falta de preparação e de criação de rotinas e métodos de segurança adequados, tornando-as presas fáceis de práticas como o “zoom bombing” ou as “fake news”, e aumentando as preocupações sobre a confidencialidade das comunicações.

De um dia para o outro, milhares de empresas e centenas de milhares de pessoas passaram a trabalhar a partir de casa e a dependerem da ligação à internet para as suas tarefas profissionais, os acessos remotos às redes internas das empresas dispararam, a criação e utilização de soluções *cloud* corporativas tornou-se habitual...

De acordo com um relatório da VMware, os ataques de *ransomware* aumentaram 90% globalmente durante a pandemia. Outro relatório da Iomart, empresa de computação em nuvem, alerta que o número de violações de segurança sofridas pelas empresas aumentou 273% durante o primeiro trimestre de 2020. Em março de 2020, e de acordo com um estudo da Kaspersky, os ataques relacionados com a Covid-19 atingiram o pico de um milhão por dia e o *phishing*, sites web maliciosos e o

malware dirigido a utilizadores remotos cresceram 30.000%. Durante o mês de maio de 2021, as organizações portuguesas sofreram, em média, 1029 ciberataques por semana, sendo que só em Portugal os ciberataques aumentaram 79% em 2020, sendo a grande tendência nos últimos meses os ataques direcionados aos executivos das empresas alvo com fins financeiros, e o roubo de dados empresariais – a velha espionagem industrial levada agora para o século XXI, podendo causar danos materiais e intangíveis, perdas económicas e danos a terceiros (perda de dados), podendo ainda implicar responsabilidade civil ou criminal para a empresa afetada.

A necessidade de proteger todas as atividades do negócio não é nova, mesmo online, mas tornou-se neste contexto a primeira das prioridades de segurança das empresas.



No que respeita às perdas económicas, um relatório da IBM Security, citado pela APD no seu Livro Branco sobre a Cibersegurança, revela que, de 500 violações de dados analisadas, 80% das vezes os dados dos clientes da empresa afetada foram expostos, e representaram um custo médio superior 3,8 milhões de euros – atualmente, os gastos com os crimes cibernéticos correspondem a mais de 1% do PIB mundial, segundo um estudo da McAfee, desenvolvido em parceria com o Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS).

A necessidade de proteger todas as atividades do negócio não é nova, mesmo online, mas tornou-se neste contexto a primeira das prioridades de segurança das empresas: enquanto outras áreas experimentam desinvestimento na tentativa de reduzir o impacto económico da crise pandémica, a cibersegurança está a tornar-se cada vez mais uma área prioritária para muitas delas, e 67% das empresas a nível europeu espera aumentar o seu orçamento nos próximos três anos neste âmbito, até no cenário esperado de crise social que poderá – deverá – fazer disparar de novo a delinquência, incluindo a cibernética.

No campo das ciberameaças financeiras, estão a surgir novas tendências, principalmente no que respeita às mais perigosas, as que afetam o bem-estar económico das vítimas. Percebe-se como muito provável que surja um crescimento das tentativas de extorsão, seja através de *ransomware*, ataques *DDoS* ou ambos, algo que se torna particularmente crítico para as empresas mais sensíveis à perda de dados, que podem de repente ver-se na necessidade de empreender um processo de recuperação esgotante e financeiramente exigente, e pela interrupção das suas operações *online*.

Torna-se assim evidente que esta área se tornará cada vez mais uma área central na gestão e organização das empresas, para que os processos de digitalização não sejam sinónimo de vulnerabilidade, particularmente as PMEs, que são especialmente vulneráveis ao cibercrime, tendo em conta que, muitas vezes, não têm um profissional responsável pela segurança cibernética, e por isso consideradas um alvo fácil e potencialmente rentável para os cibercriminosos.

A consciencialização sobre o problema é um primeiro passo necessário, mas a prevenção exige investimentos por vezes avultados em tecnologia de segurança de dados que devem ser considerados nos orçamentos anuais.

Mas além da ação privada em auto-defesa, há um papel relevante de articulação entre aquela e as instituições públicas, nomeadamente as forças de segurança dedicadas a este tema, devendo ser cada vez mais reforçada uma relação de partilha de inteligência e recursos que permita obter melhores resultados dos esforços e investimentos realizados, em cibersegurança, e que deverão, como vimos, ser crescentes nos próximos anos.

Neste início do Outono, a ‘normalidade’ parece querer regressar – ou, melhor, assistimos a um esforço de muitas organizações a que a ‘normalidade’ a que estávamos habituados regresse, ignorando – ou tentando ignorar – que as suas condições de funcionamento se alteraram porventura de forma estrutural: as mudanças metodológicas, organizacionais, de mentalidades e formas de estar na via e no trabalho, chegaram mais cedo do que as empresas estavam preparadas para as receber e incorporar... mas não vão desaparecer com a mesma rapidez.

Neste início do Outono, a ‘normalidade’ parece querer regressar mas as mudanças metodológicas, organizacionais, de mentalidades e formas de estar na via e no trabalho não vão desaparecer com a mesma rapidez. A cada vez maior relevância e a necessidade de cada vez maiores investimentos em cibersegurança por todas as empresas, incluindo as PME, serão assim uma tendência a manter.



Será interessante constatar se as alterações introduzidas pelo contexto pandémico irão ter um efeito duradouro na organização e forma de trabalhar das empresas. Mas o que se percebe é que o salto em frente que a pandemia provocou na transição digital não deverá encontrar condições de recuo, quando todos os incentivos político-estratégicos e financeiros indicam o estímulo inverso. A cada vez maior relevância e a necessidade de um cada vez maior investimento em cibersegurança por todas as empresas, incluindo as PME, serão assim uma tendência a manter.

Turismo: Caminhar Juntos...

Nunca foi tão essencial para a atividade económica do Turismo a ideia de termos de caminhar juntos, a nível social, científico e económico. No contexto da pandemia e, desde o início, a evolução desta atividade económica foi de enormes dúvidas, angústias e incertezas, as quais assolaram a Humanidade em (quase) todas as geografias do Planeta, embora de forma assimétrica e com desfasamentos temporais designados por “vagas”.

No início deste processo, a incerteza e a impotência globais para resolver a situação no imediato gerou e foi alimentando a certeza de que a(as) solução(ões) teriam que ser encontradas em conjunto. Os Humanos iriam ficar mais humanos, mais solidários, pois o problema afetava a todos, ricos e pobres, poderosos ou destituídos de poder. Por momentos, numa suspensão do tempo, pareceu deixar de haver continentes, raças, religiões: havia uma só preocupação (na altura) irresolúvel: a Humanidade não sabia o que era o Vírus, donde vinha e como tratar a doença que provoca... e sobretudo se haveria uma solução par o problema.

Felizmente o tempo em que vivemos é um tempo em que as redes de conhecimento ultrapassam fronteiras, e a ciência é uma área onde estas redes mais fazem sentido e onde a partilha de conhecimento é uma norma, permitindo chegar mais rapidamente que nunca a soluções. Foi assim também que neste caso as redes internacionais de conhecimento funcionaram, e a partilha de décadas de investigação permitiu que num prazo mínimo de pouco mais de um ano fosse possível encontrar vacinas eficazes contra o vírus que provoca a COVID-19. Sabendo-se que não é a solução total, absoluta e definitiva é, seguramente, o que permitiu, em tempo recorde, criar um simulacro de menor incerteza.

Passado o espanto, o medo, a humildade global, recomeçámos onde tínhamos sido parados, esquecendo todas as promessas bem-intencionadas de mudança da humanidade, da solidariedade global e da alteração de comportamentos para a criação de um mundo interdependente na partilha de bens e saber. A distribuição e acesso às vacinas – as portadoras de esperança no futuro – veio afinal demonstrar que o Homem permanece Homem, e que esta crise não veio alterar aquilo que intrinsecamente é humano e perdura há milénios, com muito pouca variação. A vacinação rapidamente se tornou

No início deste processo a incerteza global, e a impotência global para resolver a situação no imediato gerou e foi alimentando uma certeza de que a/as solução/ões teriam que ser encontradas em conjunto. Passado o espanto, o medo, a humildade global... recomeçámos onde tínhamos sido parados, esquecendo todas as promessas bem-intencionadas.



pouco mais do que um instrumento fundamental para garantir uma rápida recuperação económica que será garante de estabilidade política, um bem vendido ao melhor preço a quem o possa comprar, criando um mundo de ainda maior clivagem entre sociedades ricas e as restantes, aquelas que têm acesso aos frutos que a ciência produz, e aqueles que são mantidos à parte. Como se, em saúde, e numa crise de saúde mundial, as fronteiras pudessem ser mantidas estanques – como se o vírus pudesse ser mantido à distância, mantendo-se em propagação no resto do mundo, sem ter impacto, sem contaminar aqueles que são protegidos pelo poder económico e político.

Não voltará a haver Turismo enquanto actividade global como se desenvolvia no período pré-pandémico, sem que se cumpra a obrigação fundamental de tratar todos de forma igual... ainda que o seja pela simples razão de que o imperativo económico o exija...



Não haverá Turismo, não voltará a haver Turismo, enquanto atividade global, como se desenvolvia no período pré-pandémico, sem que se cumpra a obrigação fundamental de tratar todos de forma igual, ainda que o seja pela simples razão de que o imperativo económico o exija...

O Turismo não tem sustentabilidade se não se recuperarem algumas das condições essenciais, de antes do aparecimento do vírus.

A dimensão atual e assimétrica da evolução do setor apenas serve como paliativo, permitindo que o discurso político encontre espaço de distensão e permita criar a ilusão de que a recuperação acontecerá nas condições atuais ... porque a atividade 'só' decresceu em 60% ou 50% quando comparado com 2019!

Esta situação torna-se perigosa ao criar falsas perceções numa atividade económica que quase desapareceu, desmobilizando os atores que deveriam concertar-se para que o recomeço e a recuperação sejam possíveis, como referimos no RT anterior, a reanimação e recomeço do Turismo exige uma estratégia e políticas que integrem os países, as empresas e as pessoas, para que se possa restabelecer o Turismo, como o *slogan* eleitoral do Presidente Biden sintetiza bem: *Building Back Better!*

Em realtórios anteriores elencámos um conjunto de questões, novas condições e constrangimentos com que nos deparamos neste recomeço, dos quais reiteramos:

- **Internet**, com utilização mais intensa, como resposta à pandemia com meios já disponíveis;
- **Biosegurança**, como uma exigência fundamental, que evidenciou a necessidade de proteção da Saúde com um novo nível de exigência;

- **Sustentabilidade** Ambiente e Mar, que se tornaram questões de dramática importância, pois a Humanidade percebeu que à Natureza nada é impossível, especialmente se os humanos continuarem a destruir a Casa Comum;
- **Turismo Regenerativo**, como a nova dimensão que condicionará sobretudo a forma como se organiza a oferta e inclusivé se determinados destinos serão ou não, possíveis;
- **Propósito** que condicionará sobretudo a procura, numa mudança de prioridades e motivações para viajar.

Para isso, é preciso recuperar um conceito já aqui tratado em relação Turismo: do Vitral ao Caleidoscópio. Se é um facto que o Turismo sempre foi um caleidoscópio, não é menos verdade que, nos processos de disrupção histórica, é fundamental que se redesenhe todo o processo, desde logo incorporando as novas tendências pesadas que determinaram incondicionalmente como se poderá recomeçar melhor.

Nas circunstâncias em que vivemos, neste tempo de vislumbre do fim possível da Pandemia, é imperativo que se trate da atividade económica do Turismo, incorporando os temas suprarreferidos, sem preconceitos, assumindo que tudo será mesmo diferente e que aceitar a realidade como ela é constitui uma inexorabilidade.

Ao “caminhar juntos” em paz e procurando a sustentabilidade ambiental global deve ser a nova definição de Turismo, deve ser a ideia fundamental que incorpora todas os desafios que a Humanidade enfrenta e que não pode ser só um grito de desespero quando não vemos solução para os problemas, nem uma promessa romântica de quando estamos aflitos.

Só haverá Turismo se caminharmos juntos – povos, raças, culturas, religiões, continentes, países, empresas.

O Turismo tem de continuar a ser a maior expressão do desenvolvimento social da humanidade, como se demonstrou antes da pandemia; tem que constituir-se na atividade económica mais integradora da humanidade, mais cuidadora do planeta, mantendo as suas características de “Indústria da Paz e do Ambiente” e a maior redistribuidora da riqueza mundial.

Neste tempo de vislumbre do fim possível da Pandemia, é imperativo que se trate da Actividade Económica do Turismo, assumindo que tudo será mesmo diferente, e que aceitar a realidade como ela é constitui uma inexorabilidade. “Caminhar juntos”, pode e deve ser a nova definição de Turismo.

